



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

BEATRIZ SACCO GOMES AGOSTINHO

**O ato de escrever: uma leitura à luz da psicanálise sobre os contornos do traumático a
partir da obra “Ato humano”**

João Pessoa

2026

BEATRIZ SACCO GOMES AGOSTINHO

O ato de escrever: uma leitura à luz da psicanálise sobre os contornos do traumático a partir da obra “Atos humanos”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Psicologia da UFPB como requisito básico para a conclusão do Curso de Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Omar David Moreno

João Pessoa

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A275a Agostinho, Beatriz Sacco Gomes.

O ato de escrever: uma leitura à luz da psicanálise sobre os contornos do traumático a partir da obra "Atos humanos" / Beatriz Sacco Gomes Agostinho. - João Pessoa, 2026.
58 f. : il.

Orientador: Omar David Moreno.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2026.

1. Literatura. 2. Psicanálise. 3. Trauma coletivo.
4. Ditadura sul-coreana. I. Moreno, Omar David. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 159.964.2

BEATRIZ SACCO GOMES AGOSTINHO

O ato de escrever: uma leitura à luz da psicanálise sobre os contornos do traumático a partir da obra “Ato humano”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de graduação de Psicologia na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do prof. Dr. Omar David Moreno

Banca Examinadora

Prof. Dr. Omar David Moreno (Orientador)
UFPB

Dra. Keilah Freitas Gerber (Examinadora)

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León (Examinador)
UFPB

João Pessoa

2026

Agradecimentos

Ao professor David, que acolheu a mim e minha proposta, nos recebendo com atenção e empenho, apesar do curtíssimo tempo que tínhamos para trabalhar. Sua acolhida permitiu que eu pudesse finalizar a jornada na graduação pela psicanálise, que seguirá comigo.

Aos componentes da banca examinadora, por terem topado dar uma chance às minhas ideias que puderam ser articuladas nesse trabalho e serem lidas com a sua implicação e dedicação.

À minha família, Alexandre, Tatiana, Júlia e Marina (Lili e Maui também). Suportamos a distância e o mundo pôde se tornar um pouco maior por causa de vocês. Um agradecimento especial ao meu pai, por tudo e mais um pouco. A literatura chegou a mim por meio das suas histórias, e escolho continuar com ela.

Às minhas amigas de longe, que permaneceram.

Aos meus amigos de perto, a turma da piscina e dos jogos, que serviram de ombro para rir, chorar, reclamar e celebrar. Um “obrigada” especial às amigas que se aproximaram desde o começo e decidiram ficar, Rafa, Sobral e Luiza.

À UFPB, por ter me recebido e ter me feito crescer enquanto estudante, profissional e pessoa.

Aos projetos de extensão, Janela Aberta e Aimée, onde encontrei a psicanálise, e esse encontro mudou tudo.

Ao meu analista, por ter sustentado o espaço onde apareciam as angústias, os desejos e as primeiras palavras a respeito do que eu queria escrever.

À minha mãe, por não ter me dado as respostas. *Seguimos.*

“I was very impressed by big things. After all, I was very small.”

Penguin Highway, Tomihiko Morimi, p. 47

“Que reencontro poderia ser maior do que o dos corpos que se tocam com palavras?”

Nós, Klink, p. 84

*“Agora ele parece uma criatura, toda a humanidade exaurida de sua carne destroçada. É
isso que os homens fazem com outros homens em tempos de guerra.”*

Herdeiras do mar, Bracht, p. 296

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo se debruçar sobre o livro “Atos humanos” de Han Kang, a fim de interrogar a escrita enquanto um recurso que torna possível referir-se a um trauma coletivo, a partir de contornos próprios da literatura para lidar, em um segundo tempo, com o que de real é escancarado pelo acontecimento traumático. O cenário sobre o qual a obra se refere, trata de um episódio de particular destaque durante a ditadura sul-coreana, no final do século XX, cujos efeitos, a partir da perspectiva da autora, são referidos através dos personagens e dos significantes que dão vida às suas histórias, baseadas em acontecimentos reais, mas que desembocam em ficção. O trabalho, então, utiliza as bases teóricas psicanalíticas freudianas e lacanianas, a partir das noções do trauma e do real, para dialogar com o que é trazido por Kang, tendo como pano de fundo o contexto de Gwangju em 1980 - o “onde” e “quando” o referido episódio acontece -, que, pode-se dizer, ser protagonista da história toda.

Palavras-chave: literatura, psicanálise, trauma coletivo, ditadura sul-coreana.

Abstract

The present study has as its objective to lean over the book “Human acts” written by Han Kang, with the intention of interrogating the writing as a resource that permits referring to a collective trauma, from the own contours of literature to deal with, in a second time, what is wide open by a traumatic event. The setting to which the book refers deals with a particularly noteworthy episode during south-korean’s dictatorship at the end of the 20th century. Whose effects, from the author’s perspective, are referenced through the characters and the signifiers that bring her stories to life, based on real events, but which culminate in fiction. The work, therefore, uses freudian and lacanian psychoanalytic theoretical foundations, based on the notions of trauma and the real, to engage in dialogue with what is presented by Kang, against the backdrop of Gwangju in 1980 – the “where” and “when” the aforementioned episode takes place – which, one could say, is the protagonist of the entire story.

Keywords: literature, psychoanalysis, collective trauma, south-korean’s dictatorship.

Sumário

1. Introdução.....	11
2. Contextualização histórica: Gwangju, 1980.....	17
2.1 O antes, o durante e o depois de Gwangju.....	17
2.2 O enfrentamento em Gwangju.....	22
3. Um retorno às noções psicanalíticas freudianas e lacanianas.....	26
3.1 A origem psicanalítica do “trauma” em Freud.....	26
3.2 O segundo tempo em “O homem Moisés e a religião monoteísta”.....	31
3.3 Repetição e real em Lacan.....	34
4. A dignidade humana (re)escrita.....	38
4.1 Primeiro tempo: sobre a obra.....	38
4.2 Segundo tempo: elaborações.....	47
5. Considerações finais.....	51
Referências bibliográficas.....	54
ANEXO A.....	58

1. Introdução

O tema do presente trabalho, dispensa apresentações e explicações delongadas, devido à possível vivência que alguns podem sentir por ele, pois se trata de parte da história de muitas nações e populações, cada uma com suas particularidades. História essa antiga, e ainda muito presente.

Fenômenos contemporâneos que remontam a um passado de massacre e trauma coletivizado, são tantos há tanto tempo, que seria suficiente utilizar isso como justificativa para a decisão do presente escrito. Nazifascismo, guerra às drogas, golpes de estado, imperialismos. Os efeitos (in)visíveis da história têm repercussões de uma vida toda, por gerações. Dirigir o olhar aos acontecimentos e seus efeitos, é elementar nos tempos atuais, especialmente, quando ameaças antigas parecem estar irrompendo pela superfície. Ramos (2016) escreve: “Mais do que moradias, escolas, hospitais, estradas, sistemas de comunicação, etc, a reconstrução da nação implica o sujeito em seus laços sociais e institucionais, e implica atravessar a violência do indizível” (p. 21).

O uso da literatura enquanto dispositivo de registro e para expressão subjetiva, é tão histórico quanto acontecimentos como os destacados acima. Diários, cartilhas, manifestos, romances. A palavra escrita é sempre marcada pelas relações de poder implicadas nela - entre quem pode escrever e ler, o que se pode escrever e o que não se deve, entre as traduções e o acesso às obras, e os contrastes seguem. A história do mundo é repleta de atos violentos contra escritos e seus escritores; mesmo Freud (1939/2018) em “O homem Moisés e a religião monoteísta” dedica uma parte do seu trabalho [Parte III] para falar sobre o medo de publicar suas ideias, devido à possibilidade de perseguições religiosas e nazistas da época.

Para Lacan, em *Lituraterra* (1966/2003), “[...] a escrita é, no real, o ravinamento do significado, aquilo que choveu do semblante como aquilo que constitui o significante” (p.

22), de modo que compreende-se a escrita enquanto a escavação de vazios, sulcos, no terreno dos significados que caem por terra. Assim, a escrita é o produto dos efeitos do significante sobre o sujeito-escritor. Ou seja, a ficção em volta daquilo que é impossível, por natureza, de ser atingido por qualquer significação - aquilo que é da ordem do real -, é performado pela letra que dá corpo à escrita.

A violência dirigida à literatura, então, talvez se dê por ela propor-se a ser banhada em algo da ordem do real e isso, incomoda, especialmente por dizer algo da castração inerente ao sujeito. Talvez o estatuto da arte seja o de ser contrariada insistentemente, pelas tentativas para sempre falhas, mas sempre incômodas, de fazer este movimento. Como Lacan (1966/2003) aponta: “Uma ascese da escrita não me parece ser aceitável senão ao se unir a um ‘está escrito’ mediante o qual se instauraria a relação sexual” (p. 25), de maneira a corroborar com a ideia de que uma escrita disciplinada, determinada e orientada pela evitação do fracasso, do vago, do não-completo/inteiro, do morto-vivo, deve ser questionada em essência.

O presente trabalho parte do livro “Atos humanos” de Han Kang, traduzido para o português por Ji Yun Kim, o qual se baseia em um episódio específico que acontece em *Gwangju*, uma província sul-coreana, na década de 1980, durante o período ditatorial do país. O acontecimento, por vezes referido como “massacre”, outras vezes como “movimento”, teve como objetivo protestar contra o golpe militar em 1979, e não foi uma iniciativa pró-democrática isolada da província. Grande parte das manifestações e resistências dessa época eram protagonizadas por estudantes, em Gwangju não foi diferente. E esse foi um dos aspectos que deixou impressões profundas, quando o movimento foi brutalmente reprimido por forças militares especiais, e as vítimas foram, em sua maioria, jovens estudantes. Ademais, segundo Hwang (2017b), o momento foi crucial para o processo de democratização alguns anos depois, no país, por isso, tem certo destaque.

A ambientação do romance nessa época coloca o leitor diante de um cenário estendido no tempo, partindo de maio de 1980, composto por: violência da nação contra a própria nação, anistia, um silêncio “desajeitado” [expressão usada por Kang (2014) em seu livro, p. 165] de cidadãos que vivenciaram direta e indiretamente o episódio, registros fotográficos enquanto testemunho, memória compartilhada sobre o episódio bem como a memória individual; e também, o leitor se defronta com a nação do presente, que tenta lidar, num segundo tempo, com os efeitos disso tudo.

À vista destes aspectos que compõem a narrativa, levantamos a pergunta orientadora para o presente trabalho: O que a escrita ficcional, que se debruça sobre a memória coletiva de violações e violências - sem se propor a ser documental -, pode oferecer de destino às memórias e ao trauma? De que forma a escrita trata o traumático, nesse sentido?

A respeito da metodologia, o processo teve como ponto de partida a curiosidade a respeito do cenário político sul-coreano, a partir de notícias atuais sobre o país que tocavam, de alguma forma, o período ditatorial. Por meio de pesquisas informais, chegou-se a maio de 1980 em Gwangju e, também, à obra de Kang enquanto uma referência possível. Pois, apesar de tratar-se de um livro de ficção, ele se propõe a lidar com fatos históricos de maneira muito sensível. Depois da primeira leitura, o que sustentou o desejo em continuar investigando foi a inquietação que surgiu sobre o silêncio a respeito do episódio, a intenção subjetivo-política por trás do silenciamento. A partir do mencionado por Grigorieff et al (2017) sobre pesquisa em psicanálise, levou-se em consideração tratar-se de um processo de não-conclusões atravessado, principalmente e primordialmente, pela implicação do sujeito-pesquisador com o objeto.

Então, surgiu a oportunidade de dar seguimento a isso por meio da psicanálise, através do presente trabalho, com conceitos e construções que abriram caminho para elaboração de algum tipo de resposta. Diante da noção do trauma na teoria psicanalítica, foi

possível elaborar uma pergunta (a qual passou por diversas reformulações) que deu suporte aos objetivos do trabalho produzido.

A metodologia de pesquisa literária, segundo Durão (2015), é interpretativa e está fadada à incompletude. O autor aproxima tal pesquisa da psicanálise, no sentido de ambas levarem em conta que seus objetos possuem uma “não-identidade interna”, ou seja, o objeto estudado existe enquanto *acontecimento*. Isso encaminha a postura do pesquisador para tratá-lo enquanto conflituoso, no sentido de possuir potencialidades e possibilidades múltiplas, a depender de como, onde e por quem ele é *lido*; ao mesmo tempo em que deve submeter-se a sua lógica e contexto, não lhe impondo a priori o que se espera encontrar.

Desse modo, a releitura da obra foi muito importante durante o percurso da análise, assim como a reformulação constante dos objetivos e articulações teóricas. Buscou-se, em primeiro lugar, compreender de onde “Ato humano” estava partindo, em termos históricos. Tendo em mente que o cenário no qual o livro foi criado (em outro tempo e período político da história do país), é diferente do cenário que ele propõe abordar. Em seguida, foi necessário demarcar o que da teoria poderia ser utilizado como base para suportar a análise, a partir da retomada de parte da bibliografia freudianas sobre o trauma, bem como algumas noções trazidas por Lacan durante seus ensinamentos. Para, então, delimitar qual seria exatamente o foco a ser trazido.

O objetivo geral do presente trabalho é *investigar a escrita enquanto possibilidade de se haver com as marcas de um trauma coletivo e suas implicações singulares*, pensando a partir do contexto do Levante de Gwangju e dos aspectos mencionados acima, sobre os quais Kang, em sua obra, se debruça para sua criação. Para isso, o ponto específico da escrita a ser abordado é a ficção a partir da *ausência* provocada pelas tentativas de silenciamento da memória do acontecido. Ela marca tanto a esfera individual - em relação aos relatos pessoais

da autora (que serão principalmente explicitados no epílogo do livro) -, quanto a esfera coletiva. Partindo disso, então, decidimos trazer ao foco, principalmente, o personagem *Dongho*, que parece ser central para a narrativa dos demais personagens, e para o processo de produção da obra no geral.

A partir disso, pensou-se nos objetivos específicos. Na seção “Contextualização histórica: Gwangju, 1980”, a fim de situar o cenário e o episódio referido, vamos traçar uma recapitulação geral sobre os acontecimentos da década de 1980 na Coreia do Sul, momento em que acontece o episódio em Gwangju, trazendo destaque à iniciativa dos estudantes, à repressão policial-militar, bem como ao encobrimento dos fatos no período. Ademais, também é essencial acompanhar na linha do tempo os efeitos desta época no imaginário social e político no cenário contemporâneo, visto que “Atos humanos” foi publicado em 2014.

Em seguida, na parte de título “Um retorno às noções psicanalíticas freudianas e lacanianas”, buscou-se dedicar um espaço para discorrer sobre a noção do trauma em Freud e em Lacan, bem como o mecanismo do recalque e o real lacaniano. A principal obra a ser trabalhada sobre o trauma freudiano será “O homem Moisés e a religião monoteísta” (Freud, 1939/2018), por fazer uma tentativa de associar a esfera particular à coletiva a respeito dos mecanismos da neurose traumática, bem como a elaboração no segundo tempo, que serão utilizados para elaborações a respeito da obra.

Na seção “A dignidade humana (re)escrita”, verificamos, então, à luz da teoria psicanalítica, de que forma aquilo que ressoa de ausência, da dimensão real, aparece no livro. De que maneira Kang contorna esses ecos, e de que forma ela escolhe escrever, em papel, estes vazios e silêncios, que trata efetivamente da interrogação sobre a qual o presente trabalho se debruça. Será necessário, conseqüentemente, trazer, de maneira breve, alguns temas abordados nos capítulos do livro e seus personagens. O capítulo um é narrado por

Dongho, um jovem do ensino médio diretamente envolvido no levante; o dois é protagonizado por Jungdae, um jovem que faleceu durante um tiroteio em um dos protestos; o capítulo três traz Eunsuk, que trabalha em uma editora, alguns anos depois do episódio, e precisa lidar com o Departamento de Censura; os capítulos quatro e cinco não serão trazidos, pois a vinculação com Dongho é mais sutil e indireta, quando comparados aos demais; no capítulo seis é apresentada a mãe de Dongho em sua trajetória de luto pelo filho; por fim, o epílogo, é narrado pela autora e sua implicação na produção do romance. O último capítulo tem um tom autobiográfico, por isso também utilizamos de uma entrevista concedida por Kang ao The White Review, em 2016, na qual ela fala mais sobre suas impressões a respeito do tema.

Para chegar nas elaborações finais possíveis para a pergunta norteadora, parte-se da ideia de que a escrita pode servir de ferramenta político-coletiva. Segundo Silva & Passos (2019), as “políticas de esquecimento”, provocadas pelas inúmeras formas de silenciamento de narrativas (a anistia, por exemplo) tendo como objetivo o esquecimento, devem ser contra-investidas, justamente, por meio da narração, pois, de acordo com os autores, caso contrário, os acontecimentos dignos de lembrança não se tornam compreensíveis. Nessa via, é possível inferir que a escrita enquanto forma de registro de narração, tem uma função político-coletiva de resistência ao silêncio forçado. Ao mesmo tempo que também tem uma função singular-subjetiva, e não como simples reafirmação dos efeitos do trauma, como o presente trabalho se empenhará construir conforme acontece.

Para finalizar o início e continuar em começo - visto que não se tem a intenção de esgotar o estudo a ser feito no presente trabalho - é caro ressaltar que, apesar das bases teóricas utilizadas e dos referenciais históricos e de construções científicas, o escrito se baseia em *uma leitura possível* da obra. Sendo assim, parte-se do pressuposto que as elaborações e associações têm valor enquanto contextualizadas na leitura em que foi feita, sabendo que

outras versões de leitura são possíveis. Assim, nada é definitivo e dado por encerrado. Pelo contrário, a cada releitura do que havia se estabelecido enquanto “final” no decorrer do processo, a vontade era de mudar, acrescentar, retirar, desmembrar e reescrever. No entanto, é preciso assentir a algumas renúncias para avançar; assim, nos contentamos a dizer que este é um trabalho em profundo “*desacabamento*”.

Ademais, alguns materiais utilizados para o referencial bibliográfico foram encontrados em inglês, portanto, as citações empregadas que foram traduzidas livremente, estão sinalizadas ao longo do texto.

2. Contextualização histórica: Gwangju, 1980

2.1 O antes, o durante e o depois de Gwangju

O livro se dedica a explorar os efeitos de um acontecimento que se passou na Quinta República sul-coreana, marcada por um longo período de ditaduras militares. Com a finalidade de melhor compreender o cenário por trás do levante de Gwangju, bem como para a inspiração da escrita de Kang, é interessante revisitar alguns aspectos das Terceira e Quarta Repúblicas, e então, mergulhar, de forma breve, no funcionamento da Quinta República.

De 1961 a 1979, Park Chung-hee assumiu o poder, representando a Terceira e Quarta República Sul-Coreana, nas quais foi declarada lei marcial em algumas partes do país em 1972, e a Constituição vigente, suspensa. Park, sob a justificativa da necessidade de reunificar o país após a cisão entre as Coreias, impôs uma outra Constituição, nomeada *Yusin*, a qual declarava o seu direito vitalício à presidência, bem como a proibição de divergências e discordâncias de opiniões políticas. Segundo Hwang (2017a), o impacto da “década de Yusin” se alastrou durante as décadas seguintes, tendo efeitos, inclusive, nas futuras eleições presidenciais.

O período de seu governo se inicia com um golpe e se encerra com o seu assassinato, por um membro interno da KCIA (*Korean Central Intelligence Agency*). Em seguida, um clube militar liderado pelo general Chun Doo-hwan assume o poder em dezembro de 1979, por meio de um golpe.

A Quinta República perdurou de 1980 a 1987, marcada por um acirramento da repressão e controle militar sobre as práticas civis. Em resposta a isso, foi acompanhada também de movimentos pró-democracia principalmente estudantis e manifestações contra a lei marcial, que passou a ser válida para o país todo. Essas movimentações configuraram a *Primavera de Seul*, como um chamado para a renúncia de Chun à presidência e um apelo à democratização do país.

Hwang (2017b) demonstra que esses sete anos foram marcados por uma vigilância estatal desmedida, um direcionamento econômico orientado por negócios familiares de grupos privilegiados, e o reconhecimento pelos Estados Unidos da legitimidade da presidência pelo tal ditador, o que garantiu acordos financeiros por ambas as partes.

A consolidação do poder de Doo-hwan foi definitiva a partir do episódio em Gwangju e, por causa disso, a instauração de um silêncio oficial a respeito do que aconteceu, foi possível (Hwang, 2017b). Os dados oficiais, detalhes e a verdade a respeito do episódio em Gwangju, em maio de 1980, por um tempo, foram encobertos e silenciados à força. A tentativa de acobertar a verdade pela história oficial envolveu retratar o período como orquestrado e influenciado por norte-coreanos comunistas. A necessidade de reescrever a história nacional era cobiçada para resguardar a imagem dos militares, através do controle das redes de comunicação. Durante o próprio *Levante*, redes telefônicas de longa distância foram cortadas, a cidade ficou “incomunicável” até certo ponto, os noticiários mantiveram as programações cotidianas previstas, com telenovelas e programas de entretenimento. Gwangju foi silenciada paulatinamente e isso não ficou restrito à mídia nacional (Jae-eui, 1999).

O livro “Gwangju Diary: Beyond Death and the Darkness of the age” (Jae-eui, 1999), além de trazer uma recapitulação do episódio, a partir de relatos de pessoas envolvidas e dados, traz um grande destaque ao envolvimento dos Estados Unidos no próprio massacre militar sobre o movimento, e no acobertamento midiático, tanto a respeito do envolvimento do país no episódio, quanto da violência empregada contra os manifestantes. Por exemplo:

Em 22 de Maio, Thomas Ross, porta-voz para o Departamento de defesa dos Estados Unidos, anunciou que o General John Wickham, comandante estadunidense em Seul, havia aprovado a proposta [de repressão da manifestação] do governo sul-coreano. [...] Ross acrescentou que ele não tinha evidência alguma sobre o envolvimento norte-coreano na revolta no Sul [tradução livre] (Jae-eui, 1999, p. 103).

Além deste, no mesmo livro, constam telegramas do embaixador norte-americano, William Gleysteen, na Coreia, enviados para Washington, a respeito do desenrolar dos eventos em Gwangju. Um deles dizia:

Gleysteen explicou que as forças dos Estados Unidos estavam cooperando com o exército coreano em seus ‘esforços para restaurar a ordem em Gwangju e deter transtorno em outros lugares’, mas deixou claro que os Estados Unidos ‘não tinham a intenção de divulgar nossas ações, pois temíamos que seríamos acusados de conluio com as autoridades da lei marcial e arriscarmos abanar o sentimento anti-americano na área de Gwangju [tradução livre] (p. 153).

Contudo, em 1985, a primeira edição de “Gwangju Diary: Beyond Death, Beyond the Darkness of the age” - sob o nome “Beyond Beyond” na época - começou a circular, ainda sem publicação oficial e, apesar de ter sido proibido, espalhou-se pelo público. “Pela primeira vez, nós podíamos levar a verdade sobre a isolada Gwangju para o mundo.” [tradução livre] (Jae-eui, 1999, p. 15). De acordo com Hwang (2017b), o efeito do acontecido foi sentido intensamente pela geração composta por jovens que se tornaram adultos um tempo depois do

episódio. As notícias e informações chegaram para eles por vias indiretas, escorrendo em trabalhos artísticos, fotografias, inclusive em vídeos. Este grupo formou grande parte do público nas manifestações que conquistaram as primeiras eleições presidenciais do país.

Até que em 1987, o anúncio de que no final do ano seriam implementadas eleições parlamentares surpreendeu os que protestavam. Hwang (2017b) explica que a motivação por trás de tal decisão foi um cálculo de Doo-hwan para que o próximo presidente fosse seu sucessor escolhido, Roh Tae-woo. Contudo, apesar da surpresa, a população não ficou satisfeita por não ser incluída diretamente no processo eleitoral, e deu prosseguimento aos protestos, que, diferentemente dos anteriores nos quais prevaleciam estudantes e ativistas, contava com grande parte da classe média e, até mesmo, empresários.

Doo-hwan se viu diante da impossibilidade de repreender e conter a população por meios violentos por alguns fatores que pesavam sua decisão: com as Olimpíadas que seriam sediadas na Coreia do Sul no ano seguinte, a necessidade de abafar a revolta, mas manter uma boa imagem do país, deixou-o apreensivo; e a possibilidade de perder o apoio do embaixador estadunidense. Ademais, o próprio Tae-woo não queria que seu futuro governo ficasse com uma imagem manchada permanentemente. Diante de tudo isso, em junho de 1987, foi declarada uma eleição presidencial direta, bem como um novo sistema constitucional que garantia reformas democráticas (Hwang, 2017b).

É interessante destacar o que Hwang (2017b), em seu livro, traz a respeito da divisão de opiniões no que refere à consolidação da democracia sul-coreana. Por um lado, ele aponta os cidadãos de tendência “triunfalista”, de aparência liberal, que dizem o desenvolvimento econômico ter sido o principal meio para o início do processo de democratização - deixando em segundo plano as lutas antiditatoriais civis. E por outro, a tendência progressista, de oposição, para quem a democracia sul-coreana é incompleta e assim vai permanecer enquanto

os efeitos da concentração econômica do poder político nas mãos de grupos privilegiados e a divisão nacional política, persistirem.

O fim da era do Regime Militar não significou o fim da influência da elite militar nas decisões políticas do país, e nem do triunfo completo da democracia, como aponta Faller (2025). Pelo contrário, mesmo após as eleições presidenciais subsequentes, a história moderna sul-coreana ainda é impactada por esta influência direta, em decisões concretas, e indireta, no imaginário social nacional.

Em 2012, foi eleita como presidente Park Geun-hye, filha de Park Chung-hee. Durante o período que permaneceu no poder, suas forças administrativas estavam voltadas para a mobilização de sentimentos nostálgicos nas gerações mais velhas a respeito do governo do pai, de acordo com Hwang (2017a).

Mas, já dizia Freud (1914/2010): aquilo que não é lembrado, repete-se em atos, sem se saber que o faz. É possível observar este movimento em acontecimentos durante o governo de Park Geun-hye, nos quais as atitudes e decisões políticas se assemelhavam a uma postura dura, característica do período ditatorial. Destacamos, então, uma situação específica em que isso aconteceu: o naufrágio da balsa Sewol em abril de 2014.

O desastre referido afundou Park em obrigações e responsabilidades, cuja administração, por parte da presidente, foi insatisfatória para a população. O acidente ocasionou a morte de mais de 300 estudantes do ensino médio que estavam a bordo, e foi provocado pelas condições indevidas do veículo, despreparo da tripulação e sobrecarga do navio. Segundo notícia publicada pela Agência Brasil (2014), a tripulação teria abandonado a balsa e orientado que os passageiros não saíssem de suas cabines, o que foi uma indicação mortal, pois não deu tempo de que a evacuação acontecesse da maneira correta.

A leitura da população no geral e das famílias das vítimas, foi de negligência das empresas que permitiram a viagem, mas o pior, segundo Hwang (2017c), foi a resposta

inadequada, ou a falta dela, pela presidência. Hwang (2017c) elaborou a seguinte análise sobre a situação:

As consequências deste evento insuportavelmente triste resultaram na assombrosa compreensão de que, apesar de todo o progresso que a Coreia do Sul alcançou durante as décadas anteriores, incluindo a democratização formal e a reestruturação econômica, alguns restos do passado permaneceram, ou tinham sido revividos [tradução livre] (p. 245).

Han Kang (2016), em entrevista, também fala sobre algumas tentativas de “reverter a história sobre si mesma”, ao falar dos acontecimentos no governo da presidente.

É possível perceber o efeito que as marcas de um passado coletivo têm quando são convocadas, por acaso, a serem lembradas em situações atuais que remontam a seus afetos associados. Elaboraões a respeito dessa constatação serão fundamentais para o presente trabalho.

2.2 O enfrentamento em Gwangju

Durante nossas pesquisas e leituras sobre o tema, percebeu-se que Gwangju costuma ser nomeado de diferentes formas: “Movimento de Democratização de Gwangju de 18 de Maio”, “Luta pela Democratização de Gwangju”, “Insurreição Democrática de 18 de Maio”. A palavra “massacre” também é utilizada, quando o referencial é a violência e repressão militar sobre o levante estudantil. Para dar título a esta seção, pensamos que “enfrentamento” parece dar conta em condensar tanto a iniciativa da população em enfrentar o regime autoritário, quanto o confronto dos manifestantes à violência militar empregada como resposta. Durante o texto, a escolha pela nomeação do acontecimento vai partir da perspectiva da cena referida, podendo ser “movimento”, “levante”, “massacre”, entre outras.

O movimento durou dez dias, tendo seu fim em 27 de maio. Pelo país, manifestações estudantis aconteciam, em repúdio à lei marcial e ao regime militar. A reação militar afugentava os estudantes com gás lacrimogêneo e cassetetes, de forma que o movimento em Seul parou em 16 de maio, porém algumas localidades planejaram uma marcha, com o propósito de unir a juventude ao resto da população urbana. Dentre essas cidades, estava Gwangju.

A manifestação foi pacífica e, dias depois, acompanhando a declaração de que a lei marcial seria implementada para o país todo, tropas militares e agentes disfarçados invadiram as universidades de Gwangju, dormitórios e casas, utilizando a força para reprimir os manifestantes. Segundo “Gwangju Diary: Beyond death, Beyond the darkness of age” (Jae-eui, 1999), tudo isto se deu sob a declaração oficial de que havia sido detectado um movimento suspeito do exército norte coreano no sul da península, então, o país estava em estado de emergência.

Contudo, a violência militar não deu conta de desmotivar os manifestantes. Pelo contrário, os estudantes e demais agregados ao movimento passaram a se armar com pedras, avançavam nos policiais e soldados, quebrando caminhões policiais, ao passo que eram “recebidos” pelo exército com fuzis, bombas de gás-lacrimogêneo e baionetas. As tropas estavam organizadas em algumas operações, uma delas, chamada de “Operação Lealdade”, que envolvia matar dissidentes. Ainda, segundo o mesmo livro, os métodos das tropas eram os mesmos usados na Guerra do Vietnã, como destacado na seguinte passagem: “De acordo com Kang Kil-cho, um sobrevivente do cativeiro militar durante a manifestação, um soldado brandindo uma baioneta em frente dos cativos, gabava-se: ‘Esta é a baioneta que usei para cortar quarenta seios de mulheres VC [vietcongues]!’” [tradução livre] (Jae-eui, 1999, p.49).

Hwang (2017b) conta que durante os anos seguintes, pesquisadores e outros estudiosos abordaram alguns fatores que podem ter influenciado o emprego de tropas de elite

treinadas tanto para combater na Guerra do Vietnã, quanto na Coreia do Norte, para serem usadas contra a população que deveria ser protegida por esses mesmos soldados. Alguns dos motivos levantados por ele (Hwang, 2017b) eram: a dúvida a respeito da possível presença de infiltrados norte-coreanos na ilha - a qual partia de uma conspiração criada pelos próprios agentes militares e políticos da época -, e um sentimento antigo de antipatia nacional em relação à província.

A cidade, então, tornou-se um campo de guerra, com guerrilhas espalhadas pelos prédios e praças. Seu entorno estava totalmente ocupado pelas forças militares, e a violência era especialmente brutal ali, manifestantes e não-manifestantes eram mortos e raptados, os cadáveres tinham os rostos pintados de branco, para que ficassem irreconhecíveis. Pilhas de corpos se formavam na mata ao redor da cidade e em bases militares espalhadas pelas construções de Gwangju. Ademais, o fluxo de pessoas que entrava e saía da província era totalmente controlado pelo exército.

Nos dias subsequentes, milícias se formaram, toda e qualquer notícia que saísse de Gwangju ou se referisse a ela era censurada (Jae-eui, 1999; Hwang, 2017b). Tentativas de negociações por parte dos manifestantes eram recebidas com ameaças militares de invasão e agressão desmedida, caso eles não se rendessem. Os manifestantes tentavam se armar, mulheres formavam um esquadrão médico, superlotação dos hospitais, familiares procuravam seus entes perdidos - que haviam sido raptados, mortos ou cujos corpos estavam sob tutela militar -, entre outros. O plano das tropas durante esse tempo era isolar Gwangju militarmente do resto do país, bloquear o acesso a recursos, instigar uma divisão interna entre estudantes e milícias e deixá-la incomunicável.

O plano teve sucesso e o exército iniciou seu ataque às três da manhã do dia 27 de maio. Bombas sinalizadoras iluminaram os céus de Gwangju, em oposição ao *Province Hall* (o qual havia se tornado um ponto de concentração dos manifestantes mais ativos e dos

líderes milicianos), que estava passando por um apagão, tropas atiravam seus fuzis indiscriminadamente em qualquer sinal de vida, e qualquer pessoa que fosse pega tentando fugir, era morta. A ordem, segundo Jae-eui (1999), era atirar em quem estivesse em movimento, e quem se entregasse, tinha de render suas armas, para, no fim, ser morto do mesmo jeito. Às cinco da manhã a operação já estava finalizada.

O número de vítimas é impossível de determinar. Alguns estimam trezentas ou quatrocentas pessoas no ‘Province Hall’ cedo daquele dia, e cento e cinquenta pela noite; outros apontam que trezentas e cinquenta pessoas foram capturadas e detidas pelos militares após a batalha, para dizer que no mínimo cento e cinquenta morreram. Ainda outros mantêm a palavra de que um grupo grande fugiu com Kim Ch’ang-gil, o líder da linha branca [em relação a uma das milícias formadas pelos manifestantes], e que trezentos e cinquenta prisioneiros militares incluíam os capturados na fronteira da cidade [tradução livre] (Jae-eui, 1999, p. 130).

Tempos depois, quando a história de Gwangju chegou ao público, apesar da censura e da proibição de mencionar o acontecido pelo regime, a população voltou às ruas, em protesto à ditadura e exigindo uma forma de governo democrática. Segundo Hwang (2017b), se não fosse o episódio narrado, a transição democrática do país talvez demorasse mais para acontecer.

Anos depois, com a vitória eleitoral de Kim Young Sam, em 1992, as investigações acerca do Levante de Gwangju, oficialmente, tiveram início. Foi um momento de vitória para a população, visto que foram inúmeras as tentativas de apagamento de sua memória, e, por muito tempo, o episódio foi isolado da história do país. Os resultados das atividades foram as acusações de Chun Doo-hwan e Roh Tae-woo, declarados culpados, segundo Hwang (2017b), por desvios indevidos de recursos financeiros públicos, bem como posse ilegal do poder e demais circunstâncias do golpe. Ambos foram sentenciados à prisão perpétua, porém,

em 1998, sob o governo do presidente seguinte, foram anistiados, com a justificativa de reconciliação das divisões nacionais, durante uma crise econômica.

3. Um retorno às noções psicanalíticas freudianas e lacanianas

3.1 A origem psicanalítica do “trauma” em Freud

Repetição, angústia e recalque, são algumas das noções freudianas imbricadas na construção de “trauma”, a serem trabalhadas no decorrer do presente escrito, importantes, por conversarem diretamente com alguns temas abordados por Han Kang. Segundo Brandão (2025), nas esferas de tensões sociopolíticas e de consequente violência política - características do cenário de “Atos humanos” -, “a repetição do traumático repercute em nível individual e, também, no espaço comum da luta, promovendo apatia, desarticulação e degradação do laço social” (p. 104). Para compreender a contextualização da citação do autor no cenário referido, é necessário um retorno às elaborações e deliberações percorridas por Freud nesta primeira parte do aprofundamento teórico.

Entre 1885 e 1886, Freud tem sua trajetória marcada por Charcot que, na época, investigava a etiologia e o tratamento da histeria, com enfoque na influência dos fatores hereditários e no que são chamados de “agentes provocadores” na sintomatologia, contrapondo-se à corrente médica que descredibilizava a experiência do sofrimento histérico, atribuindo a ele um comportamento de simulação sintomática. Operacionalizado como “um choque acompanhado de emoções intensas” (Rudge, 2009, p. 10), o trauma se configurava, segundo sua hipótese, como um destes agentes catalisadores de sintomas histéricos.

Ademais, Charcot começou a criar uma associação entre neurose traumática e histeria (Brandão, 2025), opondo-se à teoria do neurologista alemão, Hermann Oppenheim, que chegou a classificar de “neurose traumática” as organizações nervosas que se manifestavam

após um episódio de desastre, dando destaque a acidentes férreos em suas pesquisas (Rudge, 2009). Em sua concepção, histeria e neurose se distinguiam, e Freud vai credibilizar esta distinção somente tempos depois, pois, no início da história da psicanálise, ambas eram indistintas (Rudge, 2009).

Avançando um pouco no tempo, para a época entre 1893 e 1895, Freud e Breuer aliaram-se um ao outro em seus estudos. A partir do caso de Bertha Pappenheim, nomeada de Anna O., ambos teóricos desenvolveram o “método catártico”, por meio do qual, em estado de hipnose induzida, a cura pela recordação do evento traumático era possível (Brandão, 2025).

Para chegar neste ponto, Freud e Breuer desenvolveram que o trauma era provocado por um acontecimento, cuja lembrança se dissociava das demais memórias e pensamentos. Então, a ideia dissociada carregaria um “afeto estrangulado” e passaria a agir como um corpo estranho, provocando sintomas (Rudge, 2009). O que permanecia sem concordância entre ambos era o motivo pelo qual a memória do trauma não ser tratada como as demais lembranças. Enquanto para Breuer, isso se dava, porque o evento havia acontecido durante um estado hipnóide, o que significava que a capacidade de associação de ideias e capacidade de reação estaria prejudicada; para Freud, na verdade, a memória do acontecimento era acompanhada de angústia, pois estava em desacordo com as demais ideias e desejos do sujeito (Brandão, 2025; Rudge, 2009).

Em 1896, Freud vai caracterizar o trauma sexual precoce como a origem da neurose, a partir de suas experiências com os pacientes que traziam na fala, sobretudo, temas sexuais. Breuer rompe com Freud durante esse período, quando o psicanalista passa a acusar a sedução infantil por um adulto como etiologia do trauma histérico (Rudge, 2009). Apesar da ruptura, Freud continuou sua aposta nas experiências infantis como fundantes do psiquismo adulto, e seguiu.

Em suas elaborações, a noção *nachtraglichkeit*, surgiu para explicar que o acontecimento só adquire o estatuto de traumático *a posteriori* e não no momento em que acontece (Rudge, 2009). Afinal, como poderia a criança seduzida compreender o teor sexual adulto no investimento vindo de um outro, ainda no momento da infância? A partir da construção do *a posteriori* era possível que um acontecimento passado fosse associado a um atual, retomando o primeiro.

Em setembro de 1897, Freud escreveu a Wilhelm Fliess “Não acredito mais em minha neurotica [teoria das neuroses]” (Freud, 1897/1996, p. 195). Ele elencou alguns pontos, justificando sua insegurança, dentre os quais dois se destacam: que todos os pais dos sujeitos afetados pela histeria, teriam de ser perversos - o que logo é refutado, pois, então, a proporção de perversos deveria ser maior do que a de histéricos, o que não procedia, segundo sua prática; e “a descoberta comprovada de que, no inconsciente, não há indicações da realidade, de modo que não se consegue distinguir entre a verdade e a ficção que é catexizada com o afeto” (Freud, 1897/1996, p. 195).

São importantes os levantamentos elaborados em sua revisão, de que algo da sexualidade infantil se dirige aos pais, e de que o inconsciente não distingue a verdade de uma ficção afetivamente investida - inclusive nas memórias pelos pacientes em tratamento. Rudge (2009) aponta: “As fantasias vêm recobrir os acontecimentos da infância da mesma forma como as sociedades constroem lendas que preenchem o lugar de sua pré-história esquecida” (p. 22). Ou seja, para a psicanálise, a fantasia marca a existência de uma realidade psíquica que tem efeitos sobre o sujeito como tal; neste ponto teórico, segundo Brandão (2025), há a ruptura com a “regra da violência sexual”, de modo que “a teoria da sedução dá lugar a teoria da fantasia” (p.107).

A primeira grande guerra mundial vai trazer novas perspectivas para a temática do trauma na psicanálise. Freud se deparou com uma insuficiência em sua teoria das neuroses,

até então desenvolvida, diante dos sofrimentos dos soldados advindos dos campos de batalha. As forças motivadoras sexuais que desencadeavam a histeria, por exemplo, aparentemente não eram as catalisadoras desta outra neurose, denominada *neurose de guerra*. “As neuroses de guerra, na medida em que se distinguem das neuroses comuns por características particulares, devem ser consideradas como neuroses traumáticas cuja ocorrência se tornou possível ou foi provocada por um conflito no ego” (Freud, 1919/2010, p. 131).

Freud, então, vai dizer de um conflito diante da possibilidade da cisão do ego, entre o ego pacífico e o ego bélico do soldado em campo, sobre o qual, a inclinação inconsciente do sujeito era de se defender de tal ameaça. Neste tipo de neurose, o ego utiliza de mecanismos para se defender de uma ameaça externa que pode ou não ser incorporada pelo próprio; diferentemente das neuroses de transferência, nas quais a defesa é em relação à própria libido, pulsão (Freud, 1919/2010).

A neurose traumática gera um impasse na teoria psicanalítica da época, pois contradizia a condição estabelecida da busca pelo prazer pelo psiquismo - a referência era o princípio do prazer, até então -, por conta da repetição incessante da memória angustiante e traumática observada nos soldados.

Freud, em 1914, publica “Recordar, repetir e elaborar”, no qual estabelece a noção de repetição. Segundo ele, o sujeito “[...] não recorda absolutamente o que foi esquecido e reprimido, [...] não o reproduz como lembrança, mas como ato, ele o repete, naturalmente sem saber que o faz” (Freud, 1914/2010, p. 150). No contexto de um processo de análise, Freud relaciona a resistência com a atuação, ou repetição, de forma que, quanto maior a resistência, mais o analisando repete ao invés de recordar, o qual, segundo ele, era a meta de todo tratamento psicanalítico.

O trabalho do analista diante da compulsão à repetição do analisando nesse cenário, é admiti-la na transferência, permitir que ela exista e apresente conteúdos da vida psíquica do

sujeito. Assim, é possível construir o que a teoria freudiana chamou de *zona intermediária entre a doença e a vida* (Freud, 1914/2010). Na medida em que compulsão e resistência se revelam, é possível nomeá-las, para que o sujeito as elabore, com intenção.

A psicanálise, então, identifica algo anterior ao princípio do prazer na compulsão à repetição. Nas lembranças que insistiam em retornar para os soldados e nos sonhos, em que o acontecimento, da mesma forma, se impunha ao sujeito, a repetição castigava e satisfazia ambos (Rudge, 2009); Brandão (2025) esclarece que a satisfação, da ordem do gozo, referida no processo da repetição, não se localiza no ato em si, mas na falta à qual ele remete. Tal construção vai se tornar a pulsão de morte, o mais além do princípio do prazer.

A partir disso, em 1926, o texto “Inibição, sintoma e angústia” marca a “teorização final acerca do trauma em Freud” segundo Brandão (2025, p. 115), no qual foi proposta a virada da angústia enquanto causa do recalque e não mais como efeito dele. É construído por Brandão (2025) que a angústia possui duas formas, a que advém de perigos externos reais e a que vem do desconhecido, potencial repetição de uma situação traumática. O autor cita Soler (2021 como citado em Brandão, 2025) ao escrever que entre uma situação de perigo e outra - o externo e o interno -, o encontro entre elas se dá pelo desamparo do sujeito.

Assim, o traumático, em situações de conflitos geopolíticos em âmbito nacional ou internacional, situa-se na convergência entre ambos perigos, como mencionado, e nos efeitos produzidos a partir de tal encontro:

Sem o nome de guerra mundial e com a convivência dos detentores de poder, o imperativo da lei se impõe apenas para alguns, num estado de exceção que burla as normas a depender de quem está na posição de poder. [...] *o desamparo é parte do cotidiano e o trauma encontra lugar para se proliferar* (Brandão, 2025, p. 118, grifos nossos).

3.2 O segundo tempo em “O homem Moisés e a religião monoteísta”

Freud escreve “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1939/2018) produzido entre 1934 e 1938, com a intenção de propor uma analogia entre a gênese das neuroses e os fenômenos religiosos, “num âmbito que pertence à psicologia individual [neuroses], enquanto os fenômenos religiosos se incluem naturalmente na psicologia das massas” (p. 47), trazendo destaque ao fenômeno da latência, comum entre ambos. Para isso, ele debruçou-se sobre o monoteísmo judaico, a partir da hipótese de que Moisés era egípcio, o seu texto tenta dar conta de justificativas para credibilizar tal proposta.

O objetivo de trazer esta obra para o presente trabalho é a temática da elaboração do trauma no segundo tempo em um contexto coletivo, apresentada por Freud a partir do cenário religioso judaico, além do período da latência. Visto que tem-se a intenção de aproximar um fenômeno coletivo de um psíquico-singular, acredita-se fundamental tratar de “O homem Moisés e a religião monoteísta”, por se propor a fazer algo parecido.

De maneira geral e rápida, o texto conta da fundação de duas religiões, a primeira, originada pelo monoteísmo egípcio, que é reprimida pela segunda, a de Jeová. Cada religião tem fundadores diferentes, porém ambos denominados “Moisés”. Essas dualidades são consequências de que somente parte do povo passou por uma experiência lida como traumática, e não a totalidade (Freud, 1939/2018).

A memória da história passou, então, a misturar figuras e temporalidades, de forma que o Moisés egípcio passou a ser confundido com o Moisés que veio a seguir. Na época, de maneira intencional, justamente pela necessidade de se esquecer o fim violento que o povo deu ao próprio líder. E com o passar do tempo, os textos escritos da história passaram por deformações, cujas pistas, tornaram a teorização freudiana possível:

A deformação de um texto é semelhante a um assassinato: difícil não é a execução do ato, mas a eliminação das pistas [...]. Desse modo, em muitos casos de deformação

textual podemos encontrar em outro local o que foi suprimido e renegado, embora mudado e arrancado do contexto (Freud, 1939/2018, p. 27).

Então Freud encerra a segunda parte do seu livro, para iniciar, na parte seguinte, a associação entre teoria psicanalítica e a hipótese pensada.

O ponto de coincidência entre a neurose traumática e o monoteísmo judaico é a latência. “A verdade nova desperta resistências afetivas [...]. é preciso tempo até que o trabalho de compreensão do Eu supere objeções sustentadas por fortes investimentos afetivos” (Freud, 1939/2018, p. 42). Na neurose traumática, entre o acontecimento e o aparecimento dos sintomas, existe um intervalo de tempo; também existe um entremeio temporal na história da religião judaica, que diz respeito ao antes e depois do assassinato do líder primeiro da religião (o povo que esteve no Egito tinha intenção de reprimir a lembrança do líder, e o povo de Cades que incorporou aspectos da religião mosaica tinha interesse em negar que o deus fosse estrangeiro).

A latência, contudo, não implica o apagamento ou perda dos conteúdos intencionalmente (e inconscientemente) negados. No caso da massa, as tradições que persistiram, deram indícios a respeito do reprimido - como o costume da circuncisão. As tradições preservadas trazem, em ato, o fenômeno da repetição (Freud, 1939/2018). E esse fenômeno é acompanhado de efeitos nos afetos e psiquismos da população.

A respeito da latência e da analogia entre a esfera individual e coletiva, o trauma aqui, para Freud, é usado para denominar as impressões de um tempo primeiro que são esquecidas, exercendo um papel importante na etiologia neurótica. O caráter traumático do esquecimento dessas impressões se dá pela via de resolução, que não foi “normal”, segundo ele. Então o circuito proposto da resposta do trauma frente à situação conflituosa é: “trauma antigo - defesa - latência - irrupção do adoecimento neurótico - retorno parcial do reprimido” (Freud, 1939/2018, p. 52).

No nível coletivo, e em particular dos fenômenos religiosos, Freud (1939/2018) retoma sua construção a respeito do pai da horda para falar sobre a transmissão do trauma em momentos temporais diferentes. O assassinato originário do pai da horda pelos seus filhos reaparece em efeito no assassinato de Moisés pelo seu próprio povo, após um intervalo de tempo [latência]. Assim, a cena traumática remonta a uma outra distante no passado, que, embora esquecida e isolada da consciência, deixou marcas que aparecem em um segundo tempo. Freud, com isso, abre espaço para a seguinte conclusão:

Se nossa exposição da história primeva for aceita como digna de crédito em seu conjunto, serão reconhecidos dois tipos de elementos nas doutrinas e ritos religiosos: por um lado, fixações na antiga história da família e vestígios dela. por outro, restaurações do passado, retornos do esquecido após longos intervalos (Freud, 1939/2018, p. 56).

O que nos interessa aqui não é exatamente o aspecto histórico-religioso do que Freud traz, mas a analogia de um trauma compartilhado, vivido a partir de um acontecimento assimilado no *a posteriori* enquanto traumático por um grupo, e ainda assim, por cada um de uma maneira singular. Ele aponta que, em situações coletivas, a impressão do passado permanece conservada em “traços mnêmicos inconscientes” (Freud, 1914/2010), tal como acontece individualmente. Ou seja, a lembrança do acontecido não é apagada, mas reprimida a partir do contra-investimento por parte de forças do eu, ou da consciência, por entrar em conflito com os demais conteúdos. Contudo, o reprimido também investe em forças de resistência contra aquilo que o mantém inacessível, e o fruto deste embate é aquilo que retorna deformado, sob outro aspecto, mas ainda ligado à representação inconsciente associada ao afeto evocado.

Quando o autor supõe que - assim como no âmbito individual -, na história dos povos, traços de uma herança sobrevivem, cujo conteúdo originário reprimido retorna de tempos em

tempos, ele conclui ser possível tratar um coletivo como um sujeito neurótico (Freud, 1914/2010). Acreditamos, no momento, que esta breve exposição baste para os fins do presente estudo.

3.3 Repetição e real em Lacan

O trauma constituinte do homem é o seu nascimento no mundo da linguagem, segundo Lacan (1964/2008). A linguagem é povoada por significantes que inauguram as relações; assim, a pré-existência daquela, em relação à existência do sujeito no mundo, molda os papéis a serem desempenhados e lugares a serem ocupados. O encontro com esse cenário é, em si mesmo, traumático - “O corpo que temos é feito daquilo que foi possível fazer com o que o Outro fez conosco” (Nicéas, 2018, p. 9).

Partindo dessa premissa, Lacan (1964/2008) retoma sua leitura a respeito do inconsciente freudiano para trazer a dimensão real a tal noção. A partir da teoria das causas de Aristóteles, o psicanalista francês situa o inconsciente freudiano na distância entre causa e efeito, nomeando-a de *hiância*, uma área de espera do não-nascido, aí onde está o real. Os fenômenos do inconsciente - atos falhos, sonhos, chistes - consistem em *tropeços* que aparecem sem a aparente intenção de se mostrarem por completo, segundo ele. É a partir desses “reachados” que algo da dimensão real aparece, algo de um buraco fundamental na constituição do sujeito e do mundo.

Segundo Berta (2010), o que compõe as bordas do real são, justamente, o trauma e a fantasia; ou seja, é por meio deles que se inventam saberes possíveis ao redor do que não se sabe. Inclusive é através da fantasia que a criança construirá um saber sobre si e sobre o(s) outro(s), diante do desamparo frente ao que é exigido e existente no mundo que a antecede (Berta, 2010).

Assim, Lacan se contrapõe a outras identificações de “inconsciente” elaboradas por alguns autores que, diferentemente de Freud, acusavam a existência de forças, entidades, que influenciavam o inconsciente. Ele afirma que, embora não tenha sido o primeiro e nem o único, Freud revela que “[...] ao nível do inconsciente, há algo homólogo em todos os pontos ao que se passa ao nível do sujeito” (Lacan, 1964/2008, p. 31). É por isso que Lacan afirma que nos lapsos do reprimido que surgem em suas formas diversas, “o sujeito está aí para ser reencontrado, aí onde estava - eu antecipo - o real” (p. 51).

Partindo da estrutura do inconsciente, da linguagem e do real, Lacan desenvolveu, em seus últimos ensinamentos, a noção de *troumatismo*. *Trou*, que é “furo” em francês, e *traumatismo*. Juntos, constituem tal conceito, que refere-se a um acontecimento, um “acidente”, o qual ultrapassa o registro simbólico, de forma que é impossível ao sujeito responder ou assimilar o acontecido (Berta, 2010; Matz, 2025). Diante da “invasão” desse acontecimento, é criado um furo por onde o sujeito vai se deparar com o real, com o inassimilável, com o sem sentido.

É diante dessa elaboração sobre o traumatismo, tendo em vista a construção de sujeito que busca e é buscado, que nos dedicamos a explorar o desenvolvido por Lacan a respeito da repetição.

Por meio dela, segundo Brandão (2025), é que se dá a leitura lacaniana referente ao trauma de guerra e ao além do princípio do prazer advindos de Freud. Lacan reconhece os esforços de Freud e Breuer em iniciar a estruturação da função da reprodução a partir do método catártico, cuja conclusão de que a repetição não se define enquanto reprodução é de suma importância. Avançando na teoria freudiana, Lacan vai destacar também que é em ato que a repetição aparece; o passo adiante dado pelo psicanalista será a introdução da dimensão real.

A rememoração vai até um certo limite, que é dado pelo real e na medida em que ela se aproxima do foco, a resistência psíquica aparece na forma da repetição, como elucida Lacan:

Um pensamento adequado enquanto pensamento, no nível em que estamos, evita sempre [...] a mesma coisa. O real é o que retorna sempre ao mesmo lugar - a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, onde a *res cogitans*, não o encontra (1964/2008, p. 55, grifos do autor).

Emprestando teoremas aristotélicos, Lacan (1964/2008) se apropria dos termos *tiquê* e *autômaton* para seguir falando do trauma e da repetição. *Autômaton* diz daquilo que aparece por acaso, sem intenção (Berta, 2010); nos termos da rede de significantes, ele é colocado enquanto o retorno de signos. Já a *tiquê*, seguindo a lógica do “acaso” vinda do primeiro, se traduz como encontro inesperado - encontro do real -, para além do princípio do prazer (Brandão, 2025; Lacan 1964/2008). A *tiquê*, então, se configura como encontro com o real, pois é onde (e quando) não se espera, que o sujeito se depara com algo de uma outra ordem, não-calculada, não-simbolizada (Berta, 2010).

Pela insistência em refazer o encontro com o traumático, segundo Lacan (1964/2008), a repetição denuncia que o sistema da realidade psíquica, por mais que esteja em parte sob o domínio do princípio do prazer, também é da ordem do real. Brandão (2025), então, através da *tiquê* - ou seja, por meio desse encontro com o real a partir de um aparente “acaso” - explica que o trauma de guerra situa-se justamente aí, enquanto encontro com o inassimilável que se repete, por não ter tido a possibilidade de ser simbolizado.

No caso da repetição do traumático em sonhos, faz parecer contraditório que a teoria psicanalítica julgue o sonho enquanto realização de um desejo. Lacan (1964/2008), a partir de um caso apresentado por Freud em “A interpretação dos sonhos”, relembra a narrativa de um pai que desperta de um sono e se depara com a cena do corpo do filho em chamas; nos seus

sonhos, é visitado pela criança que o acusa: “*Pai, não vês que estou queimando?*” (Freud, 1900/1974, como citado por Lacan, 1964/2008, p. 64, grifos do autor). Lacan vai dizer que o sonho é uma homenagem à realidade faltosa, àquela realidade que não pode mais existir, a não ser repetindo-se infinitamente. De forma que, essas palavras proferidas pelo filho vivo-morto “perpetuem o remorso do pai” (Lacan, 1964/2008 p. 63) E então o desejo está aí, no ponto da perda do objeto, e somente por meio da repetição da cena é possível que o homem reencontre o filho perdido - que a realidade faltosa encontre a realidade psíquica, um encontro, por essência igualmente faltoso. “Só um rito, um ato sempre repetido, pode comemorar este encontro imemorable” (1964/2008, p. 63), Lacan completa.

Para concluir esta breve passagem teórica, resume-se que, em Lacan, o trauma da linguagem e o acontecimento traumático (Berta, 2010) diferem entre si. O primeiro, de caráter estrutural, é o que constitui o sujeito da divisão, da castração:

“De sua inscrição na linguagem a falta que se fez [...] não encontrou jamais significante ou imagem que lhe correspondessem. [...] a entrada do sujeito mítico do gozo no lugar do Outro produziu um resto, uma separação, a castração entendida essencialmente como perda de gozo” (Nicéas, 2018, p. 7).

Já o segundo, constitui-se a partir da *tiquê*, do encontro com o real, ou seja, do encontro com o que está desarticulado em relação ao que faz sentido e ao que está em acordo com os recursos atuais do sujeito (Nicéas, 2018). Brevemente, também foi trazida a releitura de Lacan sobre o trauma a partir da noção do *troumatismo*, desenvolvida mais tarde em seu ensino. Este dá conta da dimensão do trauma na linguagem, no sentido de configurá-lo como buraco no simbólico e o consequente escancaramento do real para o sujeito, fruto do encontro com o traumático (Berta, 2010).

Também sintetizamos que a repetição tem a pretensa função de recuperar, essencialmente, o que não está mais lá, através de uma consistência em ato que tenta chegar

até o que foi por excelência perdido (Lacan, 1964/2008). A ponte entre teoria e livro a ser trabalhado, pode ser introduzida por uma perspectiva trazida por Coutinho (2010b), a respeito da falha busca do artista pelo que falta: “[...] a arte, em sua essência, parece ocupar uma posição particular em relação à fantasia: a de evidenciar a falta inerente à estrutura do sujeito” (p. 246).

4. A dignidade humana (re)escrita

4.1 Primeiro tempo: sobre a obra

A história da ditadura sul-coreana é longa. Para o propósito do presente texto, alguns recortes são necessários, e, ao mesmo tempo, sabe-se que a dimensão dos acontecimentos e seus efeitos não serão trabalhados de maneira suficiente. Freud em “O homem Moisés e a religião monoteísta” (1939/2018), para explicar o retorno do trauma e a elaboração no segundo tempo, faz um percurso extenso, em termos temporais, retornando às bases das civilizações e relações humanas. Apesar de partirmos das suas elaborações, sem precisar fazer este caminho, reconhece-se que, os temas a serem trabalhados aqui - e até a forma a partir da qual serão trabalhados -, são focais, com o objetivo de compreender e expor modestamente o que é possível a partir da aproximação psicanalítica da escrita da obra. Não pretendemos dar conta de nada além do que cabe a partir das articulações pela leitura que se fez.

O livro “Ato humanos” parte da existência de memórias plurais, a respeito de acontecimentos, também plurais e espalhados numa linha do tempo que não necessariamente tem início nem fim em maio de 1980. Memórias silenciosas ou que se formaram num silêncio e que têm um denominador comum para além dele: a violência.

O trauma também parte de um silêncio, pode-se dizer, o silêncio invocado por um real que é bem barulhento. É como se esse fenômeno suportasse essa contradição, entre silêncio e barulho, o real enquanto aquilo que não para de não se escrever, enquanto impossibilidade, como traz Lacan (1972-73/1985; Brandão, 2025). É disso que iremos partir, e de onde lemos que Han Kang parte.

Pode-se dizer que meus livros são variações do tema da violência humana. [...] Eu tateei no meu próprio interior e encontrei Gwangju, o qual eu havia experienciado indiretamente em 1980. [...] Como seres humanos podem fazer este tipo de coisa uns com os outros? [...] o que podemos fazer frente à tal violência? [tradução livre] (The White Review, 2016, para. 9).

Kang escreve sobre as formas que as marcas deixadas por um fenômeno coletivo podem ser impressas nas singularidades, tanto em relação às forças militares que empregaram os mais diversos tipos de violência durante o período ditatorial, quanto em relação à especificidade de Gwangju.

O livro é composto por sete capítulos intimamente ligados um ao outro, embora cada um seja protagonizado por personagens diferentes. Um destes demonstra a conexão entre todos os personagens e os temas trazidos em cada capítulo, atravessando a obra como um todo: *Dongho*. Ele é um jovem de mais ou menos quinze anos que ajudava a manter, preparar, limpar e guardar cadáveres de vítimas das forças armadas, que não mais cabiam nos hospitais, por conta da superlotação. A função de Dongho é manter o registro dos corpos e acompanhar as famílias que estão buscando seus familiares perdidos e, possivelmente, mortos.

Dongho tem muitas perguntas sem respostas, que parecem ser tentativas de compreender a motivação por parte dos soldados e, também dos civis, além de buscar entender o dilema maior de todos, a morte. No final do capítulo, é esclarecido que por trás de

suas perguntas, existe uma culpa a respeito do não saber onde o corpo de um amigo seu - Jungdae - pode estar. Dongho rememora a cena em que ambos estavam na rua, durante um dia da manifestação, quando, de repente, ouvem-se tiros por toda parte. Dongho, instintivamente, se separa do amigo para fugir. Quando os tiros acabam e ele decide voltar para buscá-lo, um homem o impede, “Se você sair agora, vai morrer de graça” (Kang, 2014, p. 28). Depois disso, Dongho não o encontra mais.

A culpa o assola quando um dos cadáveres lhe parece com a irmã de Jungdae, Jungmi. A irmã que era a sua esperança de conseguir procurar ativamente o irmão, a irmã que também estava desaparecida. Dongho, então, fantasia a cena de um reencontro imaginário com Jungmi: “*Você pode se chamar de amigo depois disso? Pode se chamar de gente ainda? Levaria pancadas que Jungmi desse, fossem quantas fossem. Pediriam desculpas, levando pancadas*” (Kang, 2014, p. 32, grifos da autora). Sua narração se encerra faltando pouco para às seis da tarde, quando os soldados entrariam no auditório para conferir os corpos, e Dongho, que estava encerrando o seu trabalho, concluiu: “*Não vou perdoar. [...] Não vou perdoar nada. Nem a mim mesmo*” (Kang, 2014, p. 40, grifos da autora).

O ofício de Dongho enquanto guardador de corpos, é essencial. A figura de um garoto que: lida com corpos de manifestantes em decomposição, conferindo-lhes dignidade até quando seus cadáveres estão putrefatos; lida com os familiares desolados enlutados por entes queridos perdidos, falecidos ou somente sumidos, também com dignidade, ajudando nas buscas e respeitando a dor do encontro ou do desencontro; lida com a culpa de ter sobrevivido em contraposição ao amigo que morreu, em um aparente abandono; e decide carregar como bandeira a revolta do não ter respostas e do não perdoar os responsáveis por atos tão violentos. Tudo isso o torna extremamente emblemático.

Dongho aparenta ser o porta-bandeira da resistência representada pelo levante, no momento de sua narração. Apenas para descobrirmos que ele morre, alguns dias depois, na

mão dos soldados não-perdoados em vida. Han Kang, então, se encarrega do ofício de zelar por seu corpo, até que ele encontre um destino outro pelo leitor, que não seja somente o de vítima da brutalidade.

A cena de sua morte é encenada em uma peça de teatro, no capítulo três, cujo roteiro passou por uma intensa censura, de forma que, grande parte dos seus diálogos ficaram sem fala, os atores, logo, sibilam o texto sem som.

Embora o foco do trabalho seja este personagem, é interessante passarmos por algumas impressões deixadas pelos demais componentes do livro, visto que são marcados pelos efeitos da presença e/ou ausência de Dongho, articulada a particularidade de suas próprias histórias. O capítulo do menino não comporta e nem encerra a sua presença na obra como um todo, pois ele aparece de formas diferentes nas demais narrativas. Dongho, que era “guardador de corpos”, é guardado em memórias e efeitos pelo resto do livro. Contudo, decidiu-se não trazer aprofundamentos a respeito dos capítulos quatro e cinco, por possuírem tramas mais à parte do personagem foco do trabalho.

O terceiro capítulo, então, é narrado por Eunsuk Kim, que trabalha em uma editora e se passa um tempo depois de maio de 1980, ainda durante a ditadura, mas sem data específica. Acompanhamos em sua narrativa, a intensificação da censura, característica do pós-Gwangju durante o governo de Doo-Hwan. O roteiro que a personagem estava assessorando passa pelo Departamento de Censura e fica irreconhecível, a cena em que o recebe de volta demonstra bem a intencionalidade política de apagamento de certos conteúdos na época:

Palavras não são mais necessárias. Eles usaram o bisturi e entregaram o resultado para ela. [...] A primeira impressão que teve é de que as páginas foram queimadas. Queimadas, tornaram-se carvão. [...] A partir da página 50, não se sabe, talvez, se teria dado muito trabalho riscar linha a linha, eles apagaram páginas inteiras com um

rolo embebido em tinta preta. [...] Entre as sentenças que se tornaram carvão, ela toma um fôlego profundo. Como está saindo água da fonte? Acham que é alguma festa? (Kang, 2014, pp. 68-69).

Eunsuk, ao longo do capítulo, nos mostra o silenciamento escancarado no pós-Gwangju, para além do Departamento de Censura. A figura da fonte mencionada, foi um local importante durante o movimento, sendo o ponto de concentração de diversos protestos e também foi onde os soldados estendiam cadáveres, vítimas do massacre. A sua revolta sobre a reativação da fonte é tão simbólica quanto a própria.

Os temas do esquecimento e silenciamento são os principais abordados por ela. A narrativa, inclusive, é dividida pelos sete tapas que recebeu do chefe e que se esforça a esquecer. É curioso que quando chega o dia do sexto tapa, a bochecha já sarou e ela pontua que não haverá dia para esquecer o sétimo, como se este estivesse fadado a ficar, para sempre, não-esquecido. Como se ela declarasse “o sétimo tapa não será esquecido”, e a forma de ler o tom dessa mensagem - seja em tom de resistência e revolta intencional, ou em tom de, embora ele não seja mais sentido, ele estará para sempre marcado, inacessível por ora, mas presente - fica em aberto ao leitor.

O capítulo seis, narrado pela mãe de Dongho, é marcado pelo luto. Ela inicia sua história contando de um buraco que abriu na calçada em frente à sua casa. Era um perigo, pois rodas de carrinhos se enroscavam nele e os transeuntes tropeçavam, então a prefeitura resolveu cobri-lo com asfalto. Em volta do buraco recém-coberto, os pedreiros colocaram uma corda. E a mãe do garoto passou a caminhar ao redor, seguindo o contorno que ela fazia, “Era quentinho. O quentinho subia [...] nos joelhos doloridos” (Kang, 2014, p. 153). No dia seguinte, o asfalto estava seco, e o buraco por baixo dele, longe da vista e de oferecer perigo; sendo assim, a corda foi retirada. A mulher passou a caminhar por cima do espaço asfaltado, então, e percebeu quando ele deixou de lhe passar a sensação quente. Apesar disso, ela seguiu

pisando por cima, sabendo que não estava tão quente quanto antes, mas ainda assim, quente o suficiente. Por trás desse gesto, ela revela a expectativa imaginária de se reconectar com o filho morto, de alguma forma.

O buraco parece uma metáfora para a ausência irrepresentável do filho. A experiência da sua morte, vivenciada pela mãe, possui particularidades em relação a outras perdas, algumas delas são: o bloqueio do acesso ao corpo-morto pelos militares, e a resistência afetiva em reconhecer as condições trágicas e violentas envolvidas nessa morte. Este cenário parece levar a dor à beira do insuportável. Mas, da sua forma, ela consegue contornar essa perda, inicialmente dando voltas ao redor do buraco escancarado - ao redor de sua ferida aberta -, e depois transitando pelo buraco coberto, cujo asfalto é capaz de oferecer conforto em certo nível. Mesmo cimentado, por debaixo do asfalto, reconhece-se que, em essência, a ausência permanece, impossível de ser preenchida. A noção de *troumatismo* permite a construção dessa interpretação a respeito desta cena. A construção do buraco na calçada e a cimentação enquanto solução, como metáfora em relação à perda do filho e o processo do luto, nos dizem do furo no simbólico provocado pelo trauma, e do trabalho em produzir algo que possa ocupar o vazio provocado por ele (Matz, 2025).

A partir do conto da cratera na calçada, lemos que a autora transmite o reconhecimento da mãe a respeito da falta enquanto fundante em sua relação com a morte de Dongho, e seguir vivendo com isso a partir de seus arranjos singulares.

A devastação a encaminha por um caminho sinuoso, por onde anda nas lembranças da infância de Dongho e na despersonalização frente às situações do cotidiano; lhe é escancarado o vazio do sentido do real. O que é capaz de asfaltar este buraco, ao menos por um tempo, é uma Associação das Famílias Enlutadas, na qual, junto de outras mães, a luta continua. Mães exigindo que tenham seus filhos devolvidos vivos, clamando o desejo pela morte de Doo-hwan, reagindo à contenção policial, entre outros. É quando seu marido morre

que a Associação perde o sentido, quando se vê, novamente, condenada à vida. Sua rotina solitária é interrompida pelos outros filhos mais velhos, os quais vêm visitá-la ocasionalmente, e pelo caçula - Dongho -, que a visita em lembranças e sonhos diurnos.

Seu capítulo escancara a necessidade das declarações de responsabilidade por trás das perdas pelos feitos militares. Não se trata exatamente de apontar um culpado, mas de reconhecer que as consequências do que aconteceu em Gwangju, são vitalícias; o reconhecimento disso em ato.

No Seminário 11 (1964/2018), Lacan se demora um pouco no que dá consistência ao significante *ato*. Ele resolve indagar sobre o motivo pelo qual um ato não é considerado comportamento, e para responder, utiliza como exemplo a prática do *seppuku* - um ritual japônes antigo, no qual os samurais praticavam o esventramento, era considerado uma forma honrosa de suicídio em relação aos mestres. Segundo Lacan (1964/2018), “[...] um ato, um verdadeiro ato, tem sempre uma parte de estrutura, por dizer respeito a um real que não é evidente” (p. 56). Ou seja, fundamentalmente o ato possui uma dimensão de real por comportar o encontro faltoso entre materialidade e intenção simbólica, em essência [podemos dizer que um ato é sempre um ato humano, diferentemente de um comportamento? Algumas questões ficam em aberto, assim cada autor e leitor inventam sua história-resposta].

Assim, a responsabilização em ato diz da intenção de reconhecer os efeitos de todo o ocorrido, como se assentindo à existência das tristezas e revoltas, ao direito de que existam; e, ao mesmo tempo, sem a intenção de esgotá-los, reconhecendo a impossibilidade em ser pleno. Através da mãe de Dongho, lê-se que Kang revela isso.

Quanto à Dongho, sua morte é revelada no segundo capítulo, através da narração de Jungdae, o amigo por quem o primeiro buscava. A parte é narrada no pós-morte, sob a perspectiva de seu corpo morto. Por meio de passagens fortes, acompanhamos: a revisita da sua cena de morte em um tiroteio, a sua tentativa de fazer sentido a sua existência a partir de

outros corpos e espíritos também presos na pilha de cadáveres, e as lembranças de sua irmã que também faleceu. Hayashi (2021) elabora que neste capítulo, Han Kang nos apresenta a chance de a vítima dar seu testemunho, de dar um destino a sua existência e, então, à sua morte - “fazer-se voz daqueles que não puderam testemunhar a *iminência* de sua morte” (Hayashi, 2021, p. 183, grifos do autor).

Kang (2014) atribui espírito aos mortos, atribui dignidade humana ao que, pelos olhos e pela intenção dos militares, seria uma massa de membros humanos e sangue empilhados. Em entrevista (The White Review, 2016), ela fala não relacionar muito a algo da dimensão espiritual-religiosa, mas, na verdade, a uma forma de carimbar o símbolo de responsabilidade dos vivos sobre os mortos. Hayashi (2021), escreve que certos testemunhos deixam de existir, por não serem conservados em arquivos, ou não serem validados, por algum motivo. Kang encontra uma forma de fazer existir a possibilidade de que os mortos testemunhem também, que expressem o medo, o luto, a raiva e a saudade:

[...] quero cintilar em suas pálpebras quando adormecidos, quero entrar nos seus sonhos de repente [...]. Até que eles vejam os meus olhos sangrando em seus pesadelos. Até que ouçam a minha voz. Por que atirou em mim, por que me matou? (Kang, 2014, pp. 50-51).

No epílogo, Han Kang apresenta a jornada percorrida para a escrita do seu livro. Alguns trechos da entrevista coincidem com aspectos da narrativa, de forma que se pode inferir, ser autobiográfico até certo ponto. Ela conta que escutou a história do menino que se torna Dongho na obra, quando tinha doze anos; o pai dela foi professor na escola que o garoto estudou e o homem diz lembrar-se dele, embora não tenha sido seu aluno.

Em 1980, Kang morava com sua família em Seul, tendo se mudado para lá quatro meses antes do início do levante em Gwangju, onde nasceu. Apesar de estar distante da província, sua infância foi atravessada pelo regime militar e pelo que ela chama de “culpa do

sobrevivente” (The White Review, 2016). Alguns anos mais tarde, o pai traz um livro de fotografias com imagens do acontecido na ilha, ela narra a cena em que a família entra em contato com tais conteúdos: “Após os adultos verem o livro de fotografias, o silêncio fluiu no espaço. O pai colocou-o no fundo da estante no quarto principal com a lombada virada para o outro lado” (Kang, 2014, p.170). Durante o epílogo, destaca-se a experiência do silêncio, tanto no ambiente familiar quanto em razão do contexto político:

Lembro-me somente das expressões deles, da dificuldade em completar as frases, deixando encoberta a história mais horrorosa, do silêncio que se estendia desajeitadamente. Sentindo uma tensão estranha, ouvia atenta a conversa que voltava ao vazio tenebroso do começo, sem se perceber, por mais que se tentasse desviar dele (Kang, 2014, pp. 165-166).

Gwangju aparece para Kang, no primeiro momento, a partir do silêncio dos adultos e daquelas fotografias, as quais atestavam as lutas e os horrores do episódio. Ela narra que, ao bisbilhotar as imagens, algo nela “que nem sabia que existia ali, se quebrou, sem ruído” (Kang, 2014, p. 170, grifos nossos). O encontro da autora com as imagens configura-se enquanto *incompreensível*, impossível de ser absorvido naquele momento. Não havia palavras ainda para dizer do que estava nos impressos e nem do que eles lhe causavam.

O seu relato, então, dá um salto no tempo, para quando começou a investigar mais sobre o tema para escrever o livro. Ela conta das visitas que fez à cidade, ao colégio em que o pai deu aulas, ao *Sangmuguan* (o auditório onde, no livro, Dongho guardava os corpos) - “Comecei tarde demais, pensei. [...] Contudo vim agora. Não há o que fazer.” (Kang, 2014, p. 171) -, entre outros locais relevantes para o percurso de sua investigação. E então surge um impasse, os seus sonhos. Kang é invadida, depois de dois meses, por sonhos em que é perseguida, em que as cenas de violência se atualizam repetidas vezes.

Na entrevista (The White Review, 2016) ela conta que, durante esse período em campo, ela preferia não ir atrás de famílias e pessoas específicas, de forma que conversava com quem encontrava pela cidade, durante seus passeios e visitas. No livro, ela passa brevemente por uma aparente conversa que teve com o irmão mais velho do garoto que inspirou o personagem Dongho. Na conversa, ele autoriza que Kang escreva, sem a intenção documental, a história que quer contar.

4.2 Segundo tempo: elaborações

O trauma não se esgota, tanto na escrita, quanto como fenômeno. Pretendemos, agora, refletir, a partir do exposto até aqui, sobre os efeitos do traumático e uma possibilidade de arranjo frente a eles, uma construção singular coletivizada/endereçada: a escrita. No que concerne aos referidos efeitos, é interessante trazer o modo como Han Kang faz uma leitura sobre eles, por meio do que é trazido por seus personagens e narrativas. Ademais, também é representativo considerar os efeitos dos acontecimentos reais sobre a própria autora, revelados no epílogo, no qual ela conta que a inspiração da construção partiu da sua jornada “arqueológica” de redescobrimento de Gwangju. Como demonstramos, o percurso percorrido por ela parte das fotografias escondidas durante a infância, atravessa o silêncio familiar a respeito do episódio - que, tempos depois, se torna o silêncio da nação -, o aparecimento de sintomas e surgimento de sonhos, para, então, desaguar em escrita. Parte desse processo é marcado por alguém em especial: o garoto que, no livro, é interpretado e representado por Dongho.

Por meio dele, Kang parece tentar dar um destino outro à memória referente ao menino, um destino que em suas palavras, caminhasse na direção da dignidade ao invés da brutalidade dos fatos - “E o que eu pensei foi, apesar desse romance ter começado com brutalidade humana e violência, ele precisa andar em direção à dignidade humana [...], seguir

o quão distante fosse possível nessa direção.” [tradução livre] (The White Review, 2016, para. 21).

Segundo Kang (The White Review, 2016), o seu trabalho para iniciar as pesquisas para a escrita teve início em 2009, por meio da notícia de uma manifestação trabalhista que foi duramente reprimida pela polícia e teve como consequência, um incêndio no prédio corporativo. Em relação a isso, é revelado na entrevista:

Eu senti que Gwangju tinha retornado para nós vestindo um rosto diferente, não mais como um substantivo próprio, mas um substantivo comum; senti que nós estivemos involuntariamente/inconscientemente/inadvertidamente [*unwittingly*] vivendo em Gwangju este tempo todo; que Gwangju estava revelando a si mesma naquelas breves chamadas [tradução livre] (The White Review, 2016, para. 8).

Uma situação atual que retoma um afeto ou ideia associada ao traumático, isso, decerto, não é novidade para o campo da psicanálise - o episódio do incêndio aparece quase como um ato falho para a autora, um tropeço não calculado que implicou referir-se a alguma outra coisa. O *comum* em Gwangju pode ser lido de maneira que o cenário por trás do silêncio a respeito do acontecido em Maio de 1980, o contexto, se reatualiza em cenas atuais, e isso provoca o retorno do que se associa ao episódio no passado (como uma repetição).

Entre Gwangju e o aparecimento desses “retornos” à população, existe um intervalo de tempo no qual foi empregado um esforço para esquecê-lo, assim muitos testemunhos e fatos sobre o acontecido ficaram silenciosos. Freud (1939/2018) traz o período de latência enquanto tempo de incubação do registro do acontecimento traumático, até o seu retorno e o aparecimento de sintomas. É isso que observamos no cenário do incêndio, assim como no naufrágio da balsa Sewol em 2014, anteriormente mencionado: o retorno do reprimido num segundo momento - temporalmente distante do ocorrido -, sobre uma geração que não teve recursos para elaborar o trauma vivenciado. O silêncio fez-se de ponte para a transmissão do

ponto traumático. É observável a repercussão desse mecanismo nos depoimentos de Kang e em sua escrita.

Retomando a citação, a autorização em ser “[substantivo] próprio” parece não ter sido concedida até então às memórias e aos afetos relacionados ao episódio, que marcou sujeitos de maneira indireta e direta, mas também que marcou a história de uma província inteira.

Essa construção aparece claramente em uma passagem do epílogo, e é retomada o tempo todo ao longo dos capítulos. A narração apresenta uma parte da conversa da autora com o irmão do menino, que se torna Dongho na história: “Permissão? Claro que permito. Mas tem que escrever bem. Tem que escrever direito. Escreva para que ninguém mais possa insultar meu irmão mais novo, por favor” (Kang, 2014, p. 180).

Se trata de uma autorização que não necessariamente possa partir de um agente específico. Um consentimento que, inclusive, talvez nem possa existir, por questões estruturais e próprias da insuficiência da linguagem em dar conta de certas angústias. Parece ter algo intrinsecamente subjetivo atrelado a ela, de maneira que nem governo, nem escritora, são capazes de propriamente autorizar, de maneira universal. Apesar de ser um acontecimento a nível provincial, envolvendo um coletivo, a marca impressa em cada um, é radicalmente singular. Existe uma memória coletiva que influencia o simbólico e imaginário, os quais, por sua vez, constroem a memória individual; contudo a elaboração a respeito da memória e do que se perdeu, parte desse lugar de singularidade. Mas também não se trata de ignorar o contexto no qual esse trabalho possa acontecer: seja um contexto que permite o referenciamento dessas marcas, ou um contexto que silencia o que as produziu; ambos influenciam de formas diferentes o trabalho possível a partir do traumático.

É permitido que se lembre. É autorizado que se nomeie. Mesmo que [e *apesar de*], nesse processo, não se retorne, de fato, às lembranças reais e aos nomes reais - até por ser impossível fazê-lo. O que está em jogo é o sujeito, é autorizá-lo a fazê-lo, segundo Lacan “o

falar exige o pressuposto de um Eu que, por sua vez, tem a ver com a solidão que deixa traço” (Lacan, 1972-73/1985). E então, é possível continuar a partir desse trabalho. Parece ser este o propósito dos atos humanos descritos por Han Kang em seu livro.

Ao seguir o que Freud (1939/2018) propôs de olhar para as nações como grandes indivíduos neuróticos, a tendência ao esquecimento do que causa sofrimento, na mesma medida em que o esquecido não cessa de ser retomado, é um movimento observável na história. Hayashi (2021) pontua que os períodos ditatoriais, grandes exemplos desse mecanismo, não cessam de se inscrever justamente por aquilo que privam: “pela ausência de possibilidade de manter um corpo e nele cultivar feridas e memórias” (p. 187).

Portanto, por meio da escrita, ter a possibilidade de usar da palavra para dar um destino à experiência humana material-subjetiva, permite rodear de uma outra forma (*de várias formas, na verdade*), ou simplesmente rodear, aquilo do indizível da memória ou da vivência, como uma saída dos arranjos, dos acordos sociais insuficientes e da angústia. Ramos (2016) vai utilizar a expressão “função simbólica operadora da linguagem” para dizer desse movimento.

É o que a autora faz. Neste momento, cabe retomar o encontro dela com o livro de fotografias. Colocamos tal evento como *acontecimento incompreensível*, sobre o qual não era possível ainda a criação de algum sentido, relação, associação, entre outros, sobre as imagens. Tempos depois - passados a latência, o retorno do encontro traumático que aparece nas cenas contemporâneas, os sonhos, a pesquisa -, ela *escreve*. Lacan (1964/2008) vai dizer que a fantasia protege o real, e o real dá suporte à fantasia; se lermos o trabalho da ficção *literária* enquanto fantasiador em alguma medida, observamos que a decisão de escrever e o ato de fazê-lo, permite que o traumático seja associado a significantes, adentrando a cadeia. E então, finalmente, referir-se a ele se torna viável. Gwangju torna-se substantivo próprio - nome próprio, mencionável, pertencente às histórias coletivas e individuais.

Alguns significantes deixam impressões no corpo do ser. Na infância, algumas expressões ditas pelos cuidadores da criança marcam as suas primeiras experiências no mundo violento da linguagem. A palavra tem peso, mesmo sem um significado ainda atrelado a ela, não atoa é por meio do discurso que Freud elabora seu método de tratamento, e é da entrada no mundo da linguagem que Lacan parte para falar do trauma. O anterior à palavra é uma fenda à dimensão do não-sentido absoluto, é a isto que o sujeito é exposto em um lapso, e é diante disso que o trauma se cria. Ao empenhar a palavra e nomear, o mortífero fica contido neste ato simbólico de produzir alguma significação ao que por natureza é insignificável (Ramos 2016).

Segundo Berta (2010) o traumático tenta anular a distância entre saber e verdade, de forma que “Saber sobre o acontecimento significa saber ‘A’ verdade” (p. 57). O trabalho analítico seria justamente o de elucidar a distância entre um e outro, partindo da impossibilidade da existência *da* verdade e da insuficiência do saber. Podemos dizer, então, que a escrita parte de uma indagação sobre esse aparente *estatuto de verdade* imposto pelo acontecimento traumático, para criar uma resposta incompleta, mas possível.

5. Considerações finais

“Atos humanos” possui algumas versões publicadas em diferentes países. Eu gosto de uma [portuguesa] (conforme Anexo A), especificamente, cuja capa são dois pés ligados ao começo de duas panturrilhas, esculpidas no que parece ser gesso. Os pés pisam num fundo cinzento, e a pedra que preencheria a escultura foi retirada, restando somente a casca, de forma que esses “projetos de pernas” estão ocos. *Uma homenagem para ninguém* - historicamente, algumas estátuas possuem um tom de tributo, celebração, reparação histórica. O que uma estátua oca, que não tem corpo, a não ser esses pés descalços, diz?

Será ela um casulo, numa nota de consolo-espiritual, de que o que é de carne e osso - pedra - se dissipa, mas que são somente a carcaça para uma outra coisa que os ocupa temporariamente; e que depois que o tempo acaba, o conteúdo de dentro vai para algum outro lugar? Será ela uma denúncia, interrogando como é possível homenagear quem não tem rosto, quem não tem corpo, quem não foi reconhecido enquanto *gente* durante tanto tempo de violência política e simbólica? Será ela alguma outra coisa? Será ela tantas outras coisas?

Numa leitura rasa que definitivamente não pretende e nem consegue dar conta de tudo que engloba o que se configura enquanto *arte*, parece existir nela uma amplitude de sentidos que torna tudo aquilo em que toca (*nada* aquilo em que toca, na verdade) inesgotável. As maneiras para encontrar forma, letra, imagem, para performar uma mensagem que dê sentido à experiência são tantas, e ainda assim, há quem se conecte hoje de uma maneira, amanhã de tantas outras, e depois de amanhã, de nenhuma.

A experiência da leitura do livro, na primeira vez, foi de arrebatamento. Nas vezes seguintes, li a partir de olhares diferentes, cansados, teóricos, burocráticos, esquecidos - seguindo [é importante que se siga lendo]. Algumas coisas só fazem sentido no só-depois [*a posteriori*], no tão-tão distante, e penso existir uma implicação, além de subjetiva-pessoal, política a respeito disso. Uma passagem do livro instalou-se na minha mente por muito tempo:

When President Park was assassinated that October, you asked yourself: Now the peak has been lopped off, will the whole pyramid of violence collapse? Will it no longer be possible to arrest screaming, naked factory girls? Will it no longer be permissible to stamp on them and burst their intestines? ¹ (Kang, 2016, p. 124)

¹ Quando o Presidente Park foi assassinado naquele Outubro, você se perguntou: Agora que o topo foi derrubado, será que toda a pirâmide de violência irá colapsar? Será que não poderão mais prender fiandeiras nuas que gritam? Será que não será mais permitido pisoteá-las e estourar seus intestinos? [tradução livre]

A passagem (que fica um pouco diferente na versão brasileira traduzida) me levou a tantos cenários atuais e antigos, inclusive brasileiros (especialmente), nos quais o topo da pirâmide [da violência] não se configura enquanto aquilo que dá a base para que ela exista; de forma que, basta que surja um substituto para ocupar seu topo, tão igualmente substituível quanto o anterior, que ela é autorizada a seguir existindo - algumas passagens históricas mostram isso. O que a sustenta é de uma outra ordem, de um trabalho para mantê-la em pé de muitos outros atravessamentos, e tempo.

A aposta no sujeito, que tem tanta responsabilidade sobre sua queixa quanto sobre seu sintoma, me faz pensar que a implicação pode abalar algumas estruturas. A tradutora do livro para a versão brasileira, Ji Yun Kim, no *podcast* “Sarangbang - Literatura Coreana”, quando abordada a respeito do crescimento do que popularmente tem se chamado “literatura de cura”, nega a dimensão curativa do texto em sua visão, e diz “Para continuar, a gente tem que lembrar” (Sarangbang, 2025, transcrição).

Penso, então, que essa seja a aposta do presente trabalho. De que algumas palavras e textos provocam efeitos com o potencial de movimentarem sujeitos em suas lutas (não necessariamente pelo seu conteúdo, às vezes, simplesmente pelo atestado da presença de algo que foge à simbolização, finalmente, em escrita), pois o escrito mesmo surgiu do movimento do próprio sujeito-escritor a partir de suas lutas, como foi possível apreender com Han Kang. Como Hayashi (2021) pontua, a escrita de Kang “[...] tira poeira de arquivos que, de outro modo, ficaram à mercê do tempo e do esquecimento”, e para além disso. Coutinho (2010b) traz em seu livro “O ato do artista se situa além da imagem que produz [...], o espectador participa do ato criador” (p. 246), assim, pensa-se que para além do fantasiar envolvido no ato - que captura, a partir da linguagem disponível desde o início, algo do inassimilável de uma experiência -, o endereçamento e o recebimento do escrito pelos sujeitos-leitores, também compõem o ato de escrever e inscrever.

Referências bibliográficas

- Adjuto, G. (2014, 11 de novembro). Capitão da balsa que naufragou na Coreia do Sul é condenado a 36 anos de prisão. *Agência Brasil*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-11/capitao-da-balsa-que-naufragou-na-coreia-do-sul-e-condenado-36-anos-de>
- Barros, M. do R. C. do R. (2015). Trauma, uma nova perspectiva sobre um real. *Opção lacaniana online*, 6, 1-9.
<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero16/texto6.html>
- Berta, S. L. (2010). Do trauma ao *troumatismo*. *Stylos*, 1(21), 57-70.
<https://doi.org/10.31683/stylus.vi21.832>
- Brandão, E. R. (2025). “Um eterno reproduzir dos mesmos fatos”: trauma, violência política e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. [Tese de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Digital UFMG.
<https://repositorio.ufmg.br/items/99862a3c-20d7-4b27-b736-b44f7c8f76eb>
- Coutinho, J. M. A. (2010a). Parte III Despertar. In J. M. A. Coutinho, *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, Vol. 2: A clínica da fantasia* (pp. 199 - 138). Zahar.
- Coutinho, J. M. A. (2010b). Introdução. In J. M. A. Coutinho, *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan, Vol. 2: A clínica da fantasia* (pp. 9 - 14). Zahar.
- Dantas, T. dos S. (2025). Lacan, leitor em abismo. *Correio APPOA*, 12(3), [sem página].
https://appoa.org.br/correio/edicao/351/lacan_leitor_em_abismo/1598
- Durão, F. A. (2015). Reflexões sobre a metodologia de pesquisa em estudos literários. *Delta* 31, 377-390. <https://doi.org/10.1590/0102-445014919759499939>

- Faller, R. G. (2025). *O regime militar sul-coreano: condicionantes, repressão interna e pressão internacional*. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório Digital UFRGS. <http://hdl.handle.net/10183/290812>
- Foguel, E. S. (2015). Traumas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(1), 27-37.
- Freud, S. (1996). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess (1950 [1892-1899]). In *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889)* (pp. 130 - 211). Imago.
- Freud, S. (2018). *Moisés e o monoteísmo: três ensaios (1934-1938)*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1939).
- Freud, S. (2010). *Recordar, repetir e elaborar (1914)*. In S. Freud, *Obras completas, Vol. 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*, artigos sobre técnica e outros textos (pp. 147-158). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). *Introdução à psicanálise das neuroses de guerra (1919)*. In S. Freud, *Obras completas, Vol. 14: história de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, Além do princípio do prazer e outros textos (pp. 288-292). Companhia das Letras.
- Gerber, K. F. (2024). *Testemunhos da zona cinzenta: os Sonderkommandos entre a responsabilidade ética e a escolha forçada*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais] Repositório Digital UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/9c047dc9-317d-4922-8514-fdad7b699fd7/download>
- Grigorieff, A. G.; Giaretta, D. G.; Andreola, E. C.; Felin, M. M. & Macedo, M. M. K. (2017). Uma revisão sistemática sobre psicanálise e pesquisa na universidade. VI Jornada de

- Pesquisa em Psicologia - Psi Unisc: Pesquisa e Tecnologia na Psicologia Atual, 1-10.
https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/17627
- Guimarães, B. da F. (2013). *Trauma e real: do que não cessa de não se escrever na poesia de Paul Celan*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Biblioteca Universitária da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122952>
- Hayashi, R. K. S. (2021). Memória e (res)sentimento: instantes do massacre da Coréia do Sul. *REVELL - Revista de Estudos Literários da UEMS*, 2(29), 165–189.
<https://doi.org/10.61389/revell.v2i29.6527>
- Hwang, K. M. (2017a). Culture and Politics in 1970s South Korea. In K. M. Hwang, *A history of Korea: an episodic narrative* (pp. 203-214). Palgrave Macmillan.
- Hwang, K. M. (2017b). South Korean Democratization. In K. M. Hwang, *A history of Korea: an episodic narrative* (pp. 226-234). Palgrave Macmillan.
- Hwang, K. M. (2017c). South Korea in the Twenty-First Century. In K. M. Hwang, *A history of Korea: an episodic narrative* (pp. 235-245). Palgrave Macmillan.
- Jae-eui, L. (1999). *Gwangju Diary: Beyond Death, Beyond the Darkness of the Age*. May 18 Memorial Foundation.
- Kang, H. (2014). *Atos humanos* (J. Y. Kim Trad.). Todavia.
- Kang, H. (2016). *Human acts* (D. Smith Trad.). Hogarth.
- Kim, E., & Jeon, M. (2024). *South Korean Democratization Movement (1960s - 1980s): A Resource Guide*. Library of Congress.
<https://guides.loc.gov/south-korean-democratization-movement>
- Lacan, J. (2008). O Inconsciente e a Repetição. In J. A. Miller (Org.), *O Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (2a ed., pp. 25 - 68). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964).

- Lacan, J. (1985). Rodinhas de Barbante. In. J. A. Miller (Org.), *O Seminário 20: mais, ainda* (2a ed., pp 160-186). Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-73)
- Lacan, J. (2003). Lituraterra. In. *Outros escritos* (pp. 15-25). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966).
- Matz, R. J. (2025). Trauma em Lacan - Troumatisme. *Conversando com Amigos da Psicanálise*, 2, 153-159.
https://cprj.com.br/publicacoes/conversando-com-amigos-da-psicanalise/02/11_Trauma%20em%20Lacan%20%E2%80%93%20Troumatisme.pdf
- Nicéas, C. A. (2018). Uma conversa sobre o traumatismo. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 1(1), 1-10. <https://doi.org/10.18379/2176-4891.2018v1p.1>
- Ramos, L. N. (2015). Trauma: ficção, história, verdade. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 1(1), 17-26.
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Zahar.
- Santos, S. M. do, & Almeida, I. M. M. Z. P. de (2023). Psicanálise e a escrita de si: uma escrita sobre a escrita. *Linguagem em (Dis)curso*, 24, pp. 1-18.
<https://doi.org/10.1590/1982-4017-24-07>
- Sarangbang (2025). Atos humanos, com Ji Yun Kim [Canal de Youtube].
<https://www.youtube.com/watch?v=QVvt5HedyJA&t=3506s>
- Shin, S. (2016). Interview with Han Kang. *The White Review*.
<https://www.thewhitereview.org/feature/interview-with-han-kang/>
- Silva, E. de O., & Passos, F. A. dos (2019). Narrativa, memória e políticas de esquecimento: um diálogo entre Paul Ricoeur, Hannah Arendt e Beatriz Sarlo. *Kalagatos*, 16(2), pp. 56-71.

ANEXO A - Capa “Atos humanos” versão portuguesa

